

## TERMO DE AUDIÊNCIA INFORMAL

SIG nº 06.2017.00004449-8

SIG nº 06.2018.00000139-1

### PRESENTES:

Promotora de Justiça: Lenice Born da Silva

Empresa: Supermercado Girassol Ltda ME

Inscrita no CNPJ nº 09.437.629/0001-78

Nome do administrador: Aline Aparecida da Silva

Inscrito no CPF nº 3.192.250 e no RG n. 907.999.689-00

Endereço comercial: Av. Girassol, 1329, Morrinhos - 88215-000, Bombinhas-SC,  
(47) 3393-4545 / 99657-4548

Endereço de e-mail: aline@supergirassol.com.br

No dia 3 de maio de 2018, às 14h30min., compareceu nesta Promotoria de Justiça o representante da empresa acima qualificada, E após as tratativas, foi celebrado ajustamento de conduta, abrangendo os Procedimentos – ICs nºs **06.2017.00004449-8** e **06.2018.00000139-1**, conforme termo em separado.

Os presentes são desde já cientificados do arquivamento destes Inquéritos Cíveis e que posteriormente serão remetidos ao Conselho Superior do Ministério Público, para homologação.

Cientifique-se os demais órgãos participantes da operação e encaminhe-se cópia do termo de ajuste de conduta ao Centro de Apoio Operacional do Consumidor, para conhecimento. Ressalta-se que a cientificação deverá mencionar o número dos dois inquéritos cíveis, bem como a remessa e comprovante da cientificação deverá ser juntada nos dois procedimentos.

Junte-se o presente termo de audiência informal e o termo de ajustamento de conduta, devidamente assinados, aos dois inquéritos cíveis citados acima.

Instaure-se procedimento administrativo para acompanhamento de TAC.

Por fim, registra-se que foi juntado aos IC's, neste ato, cópia do documento pessoal da administradora do Supermercado Girassol. Nada mais.

**Lenice Born da Silva**  
**Promotora de Justiça**  
**(assinatura digital)**

**Aline Aparecida da Silva**  
**Administradora da empresa**  
**Supermercado Girassol**

### **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado, neste ato, pela Promotora de Justiça signatária, Dra. Lenice Born da Silva, doravante denominado compromitente, e o estabelecimento Supermercado Girassol Ltda ME, inscrito no CNPJ nº 09.439.629/0001-78, com sede na Av. Girassol, 1329, Morrinhos - CEP 88215-000, Bombinhas-SC, representado, neste ato, por sua administradora, Sra. Aline Aparecida da Silva, inscrita no CPF nº 907.999.689-00, e no RG nº 3.192.250, residente e domiciliado na Av Girassol, 1329, apto. 5, (acima do supermercado), Morrinhos, Bombinhas-SC, doravante denominado compromissado:

**Considerando** os Inquéritos Cíveis nºs **06.2017.00004449-8** e **06.2018.00000139-1**, instaurados pela 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Belo, com fundamento no artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7347/1985 e artigo 84 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 197/2000;

**Considerando** que foram criadas diversas leis, decretos, portarias e regulamentos versando sobre o assunto, dentre elas as Leis Federais nºs 1283/50 e 7889/89, a Lei Estadual nº 8534/92 e o Decreto nº 3748/93;

**Considerando** que o art. 7º da Lei nº 1283/50, com a alteração da Lei nº 7889/90, diz que: “Nenhum estabelecimento industrial ou entreposto de origem animal poderá funcionar no país, sem que esteja previamente registrado no órgão competente para a fiscalização da sua atividade, na forma do art. 4º.”;

**Considerando** que o art. 2º da Lei Estadual nº 8534/92 complementa que: “É obrigatória a prévia fiscalização, sob o ponto de vista

Rua Maurílio Manoel da Silva, s/n.º, Perequê, Porto Belo – SC – 88210-000

Fórum da Comarca de Porto Belo - SC

Fone/Fax (047) 3369-7195 ou 3369-7196

E-mail: portobelo01pj@mpsc.mp.br

industrial e sanitário, de todos os produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados, em trânsito e comercializados.”;

**Considerando** que o inquérito civil terá como objeto a adequação dos respectivos estabelecimentos às normas legais, ou, não sendo possível, o seu fechamento, além de indenização dos prejuízos ocasionados aos consumidores, tendo como parâmetro o número, a extensão e a natureza das irregularidades constatadas, além da vantagem recebida e a condição econômica do fornecedor;

**Considerando** que na esfera criminal, o representante do Ministério Público avaliará a configuração do crime de “Infração de Medida Sanitária Preventiva”, previsto no art. 268, do Código Penal, ou “Contra as Relações de Consumo”, previsto no art. 7º, IX, da Lei nº 8137/90. Analisará, ainda, a ocorrência de crime ambiental ou de sonegação fiscal;

**Considerando** que a inspeção prévia, segundo o art. 1º, da Lei 1283/50, é exercida: 1 - nos estabelecimentos industriais especializados e nas propriedades rurais com instalações adequadas para matança de animais e o seu preparo ou industrialização; 2 - nos entrepostos que recebam, manipulem, armazenem, conservem e acondicionem produtos de origem animal; 3 - no trânsito de produtos de origem animal destinados à industrialização ou ao consumo humano e/ou animal; 4 - nas casas atacadistas e nos estabelecimentos varejistas;

**Considerando** que a Lei Estadual nº 8534, de 19 de janeiro de 1992, confere competência à Secretaria de Estado da Agricultura para fiscalizar, sob o ponto de vista industrial e sanitário, todos os produtos de origem animal, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados, em trânsito e comercializados;

**Considerando** que o art. 6º do CDC prevê que "São direitos básicos do consumidor: I – a proteção da vida, saúde e segurança contra

os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.”;

**Considerando** que o art. 10 do CDC reza o seguinte: "o fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança. [...] § 3º - Sempre que tiverem conhecimento de periculosidade de produtos ou serviços à saúde ou segurança dos consumidores, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão informá-los a respeito.”;

**Considerando** que o "art. 18, § 6º, enumera os produtos impróprios ao uso e consumo: [...] II - os produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação”;

**Considerando** que o art. 31 do mesmo Diploma Legal prevê que "a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de e ORIGEM, entre outras dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.”;

**Considerando** que o art. 39 do CDC menciona expressamente que é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços: (...) VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes....(...)”;

**Considerando** que o art. 55 do CDC atribui que "a União, os Estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, a

industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.” (...) § 1º - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias.”;

**Considerando** que a ingestão de carne imprópria ao consumo pode ocasionar sérios problemas à saúde dos consumidores (salmonelose, gastroenterite, toxinfecção alimentar, teníase, cisticercose, câncer, alterações hormonais e toxoplasmose), inclusive levando-lhes a morte;

**Considerando** que a empresa deve possuir Serviço de Inspeção Municipal (SIM), assim que for instalado no município de Bombinhas;

## **RESOLVEM**

Formalizar, neste instrumento, **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fulcro no art. 5º, § 6º da Lei nº 7347, de 24 de julho de 1985, em conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

**Cláusula 1ª.** O estabelecimento **compromissado** deverá sanar, de imediato, as irregularidades constatadas pela equipe de fiscalização da Vigilância Sanitária, Ministério da Agricultura e Cidasc, todas relacionadas no Autos de Intimações nºs 023439 (referente ao IC nº 06.2017.00004449-8 – pp. 10-11) e 023450 (com relação ao IC nº 06.2018.00000139-1 – pp. 9-10);

**Cláusula 2ª.** O estabelecimento **compromissado** compromete-se a cumprir fielmente as normas vigentes relacionadas à manipulação, ao acondicionamento e às condições higiênico-sanitárias dos

alimentos, visando sempre a preservação da saúde do consumidor, dando especial atenção a:

**Inciso 1** - acondicionar e manter os produtos segundo a indicação da embalagem;

**Inciso 2** - não expor à venda produtos cuja embalagem estiver violada ou aberta;

**Inciso 3** - não expor a venda produtos que não estejam devidamente registrados no órgão público sanitário competente;

**Inciso 4** - não reaproveitar alimentos com prazo de validade vencido;

**Inciso 5** - não colocar novos prazos de validade em produtos cujos prazos estejam vencidos ou por vencer;

**Inciso 6** - não vender produtos cujo rótulo deixe de apresentar a data de validade;

**Inciso 7** - não vender produtos com prazo de validade vencido;

**Inciso 8** - não comercializar produtos com alteração nas suas propriedades organolépticas, que apresentem elementos estranhos ou impurezas;

**Inciso 9** - não comercializar produtos adquiridos de abatedouros clandestinos;

**Inciso 10** - não comercializar produtos de forma fracionada, quando recebidos em embalagens para comercialização lacrada;

**Inciso 11** - não comercializar carne moída que não seja processada na hora da venda ou no prazo máximo estabelecido pelas autoridades sanitárias, devendo, a cada vez que processar o produto, promover a limpeza da máquina;

**Cláusula 3ª.** O estabelecimento compromissado compromete-se também a fixar, em local visível e de fácil leitura para os consumidores, um aviso contendo informação correta e ostensiva sobre a procedência dos produtos de origem animal (carne, pescados, leite e derivados) que comercializa, com indicação do estabelecimento produtor e do número do seu registro no Serviço de Inspeção Sanitária Municipal, Estadual ou Federal, fazendo menção, inclusive, de que tal obrigação decorre do Decreto Estadual nº 3748/93 e do presente ajustamento de conduta;

**Cláusula 4ª.** O estabelecimento **compromissado** se compromete a encaminhar para a 1ª Promotoria de Justiça, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, cópia do Contrato Social, do Alvará de Funcionamento e do Alvará Sanitário;

**Cláusula 5ª.** O estabelecimento **compromissado**, a título de medida compensatória, em razão de ter inserido no mercado de consumo produtos impróprios para consumo, conforme auto de apreensão que instrui os inquéritos civis, doará, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, R\$ 3.000,00 (três mil reais) ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (mediante pagamento de boleto bancário, expedido nesta Promotoria de Justiça) trazendo, imediatamente após a doação, o comprovante de pagamento a esta Promotoria de Justiça;

**Cláusula 6ª.** Para a garantia do cumprimento deste



COMPROMISSO, o **compromissado** se submeterá a uma multa correspondente a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por cada vez que descumprir o aqui avençado, cujo valor reverterá ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (CNPJ: 76.276.849/0001-54, Conta corrente: 63.000-4, Agência 3582-3, Banco do Brasil);

**Cláusula 7ª.** O Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil contra o estabelecimento **compromissado**, caso venha a ser cumprido o disposto neste ajuste de conduta, **permitindo ainda ao segundo sua utilização como matéria de defesa junto ao inquérito policial originado dos fatos aqui relatados;**

**Cláusula 8ª.** E, por estarem assim comprometidos, firmam este TERMO em 2 (duas) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, tão logo homologado pelo Colendo Conselho Superior do Ministério Público.

Ficam, desde logo, os presentes, cientificados de que os **Inquéritos Civis nºs 06.2017.00004449-8 e 06.2018.00000139-1** serão arquivados nesta data, sendo a promoção submetida ao Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe o art. 25, inciso II, do Ato nº 335/2014/PGJ.

Porto Belo, 3 de maio de 2018.

**Lenice Born da Silva**  
Promotora de Justiça  
(assinatura digital)

**Aline Aparecida da Silva**  
Administradora da empresa  
Supermercado Girassol